

Industrialização e Urbanização em Portugal: que relações? O caso do Anteplano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957

Carlos Vieira de Faria¹

Abstract

The main purpose of this paper is to focus discussion around the concept of “enterprise” as a reality which, together with other production units located in urban areas, could generate economies of agglomeration. These in turn play a role of enormous importance to local and regional level. By this route was thought to introduce a multidisciplinary approach in the debate about territory.

Nota de Apresentação

O objectivo central desta comunicação era centrar o debate em torno da empresa entendida, não apenas como um mundo económico particular, mas também como uma realidade que, juntamente com outras unidades produtivas situadas em meio urbano, poderá gerar economias de aglomeração, as quais por seu turno, desempenharão uma função de enorme importância a nível local e regional. Por esta via pensava-se introduzir no debate uma perspectiva pluridisciplinar e territorialista.

Há um registo de ordem metodológica que importa relevar nesta nota introdutória, devido aos condicionalismos e limitações que o desenvolvimento da investigação teve que enfrentar. De facto,

¹ Professor e investigador na Universidade Lusófona

os dados recolhidos para esta comunicação foram retirados de fontes dispersas. Após vários meses de pesquisa nos arquivos da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP), Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), CUF e Instituto das Estradas de Portugal, não foi possível encontrar rasto do Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro de 1957.

A única fonte que nos restou, até ao momento presente, foi a exploração do pouco que, apesar de tudo, ainda se salvou: o arquivo da Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico –, onde encontramos algumas pastas com múltiplos documentos dispersos (textos e peças cartográficas) que assumem, neste contexto, um valor incalculável. A esta fonte documental, outra há que acrescentar: o Parecer do CSOP, texto de 59 páginas produzido em Outubro de 1957. Tais condicionamentos não nos possibilitaram explorações mais pertinentes e ambiciosas sobre um tema que nos apaixona há muitos e longos anos.

1. A tese da dissociação entre industrialização e urbanização

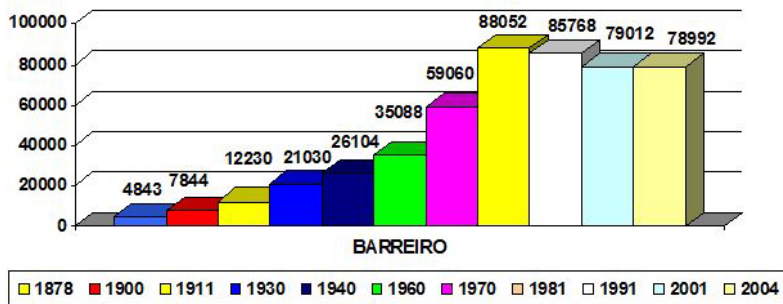
A tese aqui enunciada implica uma nota explicativa, não quanto ao termo industrialização, mas somente ao vocábulo urbanização. Todos sabemos que a industrialização, manifesta pelo alargamento das forças produtivas e formação de empresas de média e grande dimensão, pela transformação dos processos de trabalho e utilização de máquinas cada vez mais potentes, desencadeou uma concentração de mão-de-obra operária em redor dos estabelecimentos fabris e, conseqüentemente, a formação de centros urbano-industriais, em virtude das intensas vagas de migrantes vindos dos meios rurais para estes novos meios fabris e urbanos à procura da “terra prometida”.

Foi assim no caso do Barreiro, desde a implantação das Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste (1861-1884), da indústria corticeira, logo a seguir, e, sobretudo, da CUF, já em 1907. A partir de 1911, a população residente da vila do Barreiro quase passou a duplicar todos os 20 anos, afirmando-se, até aos finais da década de 60, como um grande e importante complexo industrial. Naturalmente, mais de 50% da sua população activa trabalhava no sector industrial.

Nos anos 50 e 60, o centro urbano do Barreiro vai conhecer novos desafios determinados por uma nova conjuntura nacional e internacional. Destacariamos, para além de inovações tecnológicas introduzida no processo produtivo da CUF, a abertura da ponte sobre o Tejo (1966) e a crise petrolífera (desde 1973). No novo quadro das melhorias de acessibilidades na margem Sul criadas pela abertura da Ponte sobre o Tejo, o Barreiro vai também transformar-se rapidamente numa *cidade dormitório* de Lisboa. Em consequência dos aumentos das migrações pendulares em toda a região, o Barreiro acusou uma redistribuição na estrutura da sua população activa, sendo a partir de então o sector terciário aquele que, segundo dados do Censo de 1970, se impôs já como sector dominante atirando o sector secundário para a segunda posição.

O gráfico n.º1 dá conta da evolução da população residente no Barreiro entre 1878 e 2004. Apesar da perda de posição (dominante) do sector secundário a favor do sector terciário ter acontecido, como foi dito, logo em 1970, o reflexo das transformações estruturais em curso nesses anos na evolução da população residente só se concretizaria no Censo de 1991, altura em que se constata uma ligeira regressão que se manteve, com oscilações mínimas, até à actualidade (2004).

Gráfico n.º 1 – Evolução da população residente no concelho do Barreiro (INE)



Sendo assim, os fenómenos de industrialização e de urbanização estão historicamente associados. Porém, no enunciado da tese em debate, o termo urbanização assume um outro sentido usado no meio profissional ligado ao urbanismo e inspirado em Ildefonso Cerda, na sua *Teoría general del urbanización* (1867) e no DL n.º 24 802 (1934) que, no preâmbulo, fala da “moderna arte (...) da urbanização”. Aqui e agora, por urbanização entende-se a acção de urbanizar, de criar cidades ou de organizar e regulamentar espacialmente as cidades. A palavra urbanização é também sinónima de urbanismo.

No caso do Barreiro, pretendia-se analisar e compreender como é que o processo de planeamento urbanístico foi desencadeado para que a vila/cidade pudesse assumir o comando e controle das operações de uso e ocupação do solo. Importava saber também se esses instrumentos urbanísticos de regulação foram a tempo de corrigir ou reduzir os impactos suscitados pela presença de um complexo fabril que não parava de crescer. Convinha finalmente conhecer se as pequenas fábricas e oficinas continuavam a implantar-se no espaço urbano de forma caótica e inadequada sem respeito pelas determinações legais que obrigavam a respeitar

normas de implantação apropriada, exigindo o cumprimento de regras de salubridade, higiene pública e ambiental.

Na verdade, a função de comando e orientação da ocupação do solo urbano é aquela que se impõe como principal matriz de qualquer plano urbanização sem olvidar o respeitante ao aparelho produtivo e à sua correcta inserção no espaço urbano. Convém que aquela função de comando e de orientação se traduza também pela consagração de princípios orientadores da expansão urbanística, quer em termos de zonamentos urbanos e suas características sociais e espaciais, quer em termos de infra-estruturas urbanas, espaços públicos, arruamentos e arranjo de zonas verdes, de vias de comunicação internas e externas, e, *last but not least*, um sem números de equipamentos a definir, implantar e a construir no domínio da educação, desporto, cultura, recreio, religião e escultura.

Ora, da pesquisa feita, constatou-se que isto só aconteceu em 1957, quase 100 anos depois da construção da estação e das oficinas dos Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste (1861) e 50 anos depois da implantação da CUF (1907), numa altura em que a própria CUF procedia já à reconversão e inovação de certos sectores produtivos. De facto, apenas em 1957 o município passou então a dispor de um Plano de ordenação e gestão urbanas. Poder-se-á objectar que também em países como a Inglaterra, França, Alemanha ou Bélgica, se verificou situação idêntica ao Barreiro, onde também houve dissociação entre industrialização e urbanização. É verdade que houve cidades, nestes e noutros países, que cresceram espontaneamente e sem qualquer plano, onde a fábrica e o habitat se misturaram de forma anárquica e numa atmosfera poluída. A diferença abissal, porém, é que na maioria destes países tais situações apresentaram um carácter intermédio e transitório.

Voltando ao caso em estudo, a situação de ausência de um plano de urbanização do Barreiro eternizou-se, foi demasiado longa, perniciosa e comprometedora para a qualidade urbanística da vila,

cidade depois (1984), gerando um espaço urbano disforme e desorganizado cuja visibilidade é ainda hoje notória. Na verdade, a transformação unilateral do Barreiro num grande e importante pólo industrial, mas sem que a CMB dispusesse de princípios orientadores e estratégicos que permitissem planejar e delimitar o tecido urbano de acordo com essa visão de futuro, acabou por tolher a cidade que, entretanto, não parou de crescer. Nestas condições, a CMB acabou por se transformar numa entidade limitada na sua acção, indo a reboque dos interesses particulares, resolvendo os problemas caso a caso, sem uma visão e uma estratégia de conjunto. A atitude do município, como aliás no resto do país, incluindo o de Lisboa, “foi o de atribuir à iniciativa privada as tarefas de urbanização neste domínio, em parte consequência da escassez de receitas, mas também fruto duma perspectiva liberal ainda dominante” (Silva, 1987:378).

As consequências desta dissociação entre industrialização e urbanização não paravam de se agravar em cada dia que passava. E o rol de problemas urbanos, reclamando resolução urgente, não parava de aumentar numa cidade cuja população crescia de forma galopante, mas que, apesar de tudo isto, também não descuidava do seu consequente desenvolvimento, tanto a nível de comércio e serviços, como a nível social e cultural, desportivo e recreativo, associativo e religioso... Por tudo isto, tornava-se inadiável e imperioso construir várias infraestruturas (rede esgotos e de abastecimento de água), proceder à pavimentação de ruas, construir mercados de abastecimento e equipamentos como escolas primárias e industriais/comerciais, criação de uma Esquadra de PSP e de uma Delegação da Polícia Marítima, sem esquecer ainda a construção de uma muralha de protecção contra a invasão do Tejo, no lado norte da vila. Que dizer ainda de um município que aceitou, durante décadas, a permanência do seu cemitério dentro da CUF e que a estrada nacional que ligava a vila à Moita fosse engolida pelo complexo industrial?

2. Papel de Duarte Pacheco e recuos posteriores do Estado Novo

A inclusão deste ponto pretende salientar o papel marcante de Duarte Pacheco à frente do MOPC (1932-1936 e 1938-43) e a importância decisiva da sua obra no Barreiro. Como é sabido, foi este ministro que, ao longo de uma década, protagonizou a política de obras públicas do Estado Novo e é a ele que se devem as bases doutrinárias em que assenta o hodierno Direito do Urbanismo. Duarte Pacheco foi o grande impulsionador e dinamizador das Obras Públicas e Comunicações na fase mais realizadora e interessante do Estado Novo, só equiparável a António Ferro que, no mesmo período e a nível da “política de espírito”, também se destacou. A convergência destas duas personagens vindas de horizontes divergentes, senão mesmo opostos, é assinalada por Nuno Teotónio Pereira (1987: 325).

Elegendo as obras públicas como preocupação central do regime, Duarte Pacheco vai porém condicionar a atribuição das verbas do Fundo de Desemprego (criado em 1932) à existência de Planos Gerais de Urbanização (DL 24.802, de 1934). Entendendo o planeamento como um instrumento racionalizador das múltiplas intervenções do Estado junto dos interesses municipais, este decreto determinava, no seu preâmbulo, que as câmaras municipais não deveriam empreender “quaisquer trabalhos de urbanização que não estivessem subordinados a um plano convenientemente delineado com a previsão do futuro...”. Fernando Gonçalves afirma que “a prática urbanística é dominada pelo desejo de comprovar a eficácia externa da administração central do Estado” sem contemporizar com os interesses da propriedade fundiária (Gonçalves, 1989: 228-229).

Este novo contexto vai constituir a tábua de salvação para a CMB que, em anos de crise financeira – *crash* de 1929, privatização dos Caminhos de Ferro Portugueses, em 1927 (originando despedimentos de trabalhadores), guerra civil de Espanha e, anos depois, a II Guerra Mundial – não podia encetar, sem o concurso do

governo, as obras públicas atrás elencadas e cuja urgência era premente. A obra que vai iniciar este período de melhoramentos² de grande vulto no Barreiro foi a construção da muralha de defesa da praia norte (1933-1934). Registe-se que à avenida marginal foi dado, em 1943, o nome de Avenida Duarte Pacheco (Pais, 1965: 141-143I).

Este impulso renovador que atingiu o Barreiro estava, porém, condicionado à existência de um Plano Geral de Urbanização (PGU), conforme estipulava a nova lei. Sem estarem munidos deste instrumento de planeamento, o Barreiro como os restantes municípios do país não poderiam encetar as tão propaladas obras. Será no ponto três que o assunto do PGU terá desenvolvimento adequado.

Importa recordar que esta nova orientação urbanística exigiu um enorme esforço financeiro e técnico do MOP, nomeadamente no que se relacionava com a preparação da cartografia necessária para a elaboração dos PGU. E porque em Portugal não havia mais de três urbanistas (Faria da Costa, Carlos Ramos e Paulino Montez), Duarte Pacheco convidou alguns urbanistas estrangeiros, mais precisamente Donat-Alfred Agache e Etienne de Gröer (que irá permanecer 15 anos em Portugal). Estas dificuldades atrasaram bastante a implementação dos planos. O país não estava ainda preparado para que, de repente, perto de 300 câmaras municipais tivessem de elaborar os respectivos Planos Gerais de Urbanização.

² Não resistimos a enumerar, para além da citada construção da muralha de defesa da praia norte, as obras realizadas no Barreiro e referenciadas na publicação "30 Anos de Estado Novo: 1926-1956" (p.399): electrificação, saneamento e abastecimento de água, adaptação de edifícios para instalações de serviços municipais, pavimentos em arruamentos, 6 edifícios escolares, um parque (a quem foi dado o nome de Salazar e depois o de Alfredo da Silva), jardins, dois mercados, lavadouros, edifício para a Junta de Freguesia do Lavradio, Escola Industrial e Comercial do Barreiro, Bairro de Renda Económica com 110 Casas, novas oficinas dos Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste...

A morte inesperada (1943), em acidente de viação, de Duarte Pacheco vai marcar a saída de cena de uma personalidade altamente competente e única, sem que o país dispusesse de alguém à altura para o substituir e continuar uma obra que, certamente passível de críticas, nem por isso deixava de se impor, naquele contexto histórico e cultural, como decisiva para os desafios que o país enfrentava. Não seria de admirar, então, que a política urbanística pensada, organizada e lançada por este ministro, voluntarista e visionário, viesse a sofrer um forte revés. Segundo Fernando Gonçalves, o regime do Estado Novo, sobretudo após a II Guerra Mundial, procurou alargar a base social em que se sustentava. Nesse sentido, inverteu completamente a política urbanística de confronto com os interesses fundiário seguida por Duarte Pacheco por uma outra em que a “administração passou a ser concebida como uma discreta plataforma de negociação dos terrenos para construção” (idem, 1989: 229).

Do exposto, depreende-se que a lógica da nova reforma legislativa urbanística iria esquecer as questões de conteúdo (atrasos nos levantamentos topográficos e falta de técnicos especializados em urbanismo) e valorizar apenas procedimentos administrativos baseados na ideia de tutela. De acordo com o DL 33.921 de 1944, os municípios ficaram reduzidos a meros executantes de ordens emanadas da recém criada, em 1944, Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU, actual DGOTDU). Entretanto, novo decreto-lei (DL 35.931, de 1946), com um único artigo, consagrou a figura de Antepiano de Urbanização. Para Fernando Gonçalves (1989: 244-245) “esta iniciativa do Governo visava abrir uma válvula de escape que permitisse diminuir a pressão sobre os urbanistas e os serviços centrais, uns e outros assoberbados com tarefas que não conseguiam dar cumprimento”.

3. Anteplano de Urbanização da Vila do Barreiro (1957)

Foi neste contexto político e legal que a CMB celebrou, em Setembro de 1945, isto é, um ano após a publicação do Decreto-lei n.º 33.921 (Setembro de 1944), a contratação, por indicação da DGSU, do arq.º Paulo Henrique de Carvalho Cunha que, juntamente com o eng.º Santos Silva, será encarregado de elaborar o Anteplano de Urbanização do Barreiro. Após um arrastado percurso que ultrapassou os três anos previstos na lei, os autores concluíram o estudo, em dois volumes, em 30 de Julho de 1951. A análise documental revela que as relações entre os urbanistas, a CMB e a DGSU não foram pacíficas. A visada aqui era sempre a CMB e daí que esta tenha ficado muito mal colocada em todo o processo. A título de exemplo, podemos mencionar o facto de a CMB ter procedido à entrega das plantas topográficas e dos resultados do inquérito à habitação somente em 1948, numa altura em que expirava o prazo de três anos para a entrega do Plano...

Face a esta atitude displicente da CMB, a DGSU solicitou à CMB logo em 11 de Agosto de 1951, o respectivo parecer, parecer este que foi prestado, uma vez mais, somente em 9 de Abril de 1955, quase 4 anos mais tarde... Não se pode deixar passar estes meandros da burocracia e do aproveitamento obscuro que tal recurso possibilitava. Estratagem que o Estado permitiu ao criar a figura de Anteplano. Tal pormenor não vai escapar ao Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP) que apreciou formalmente o citado Anteplano entre Setembro e 15 de Outubro de 1957. Na verdade, o CSOP considerava que, decorridos mais de seis anos após “as soluções preconizadas pelos autores” (1951), o Anteplano de Urbanização da Vila do Barreiro “está desactualizado, devendo ser revisto em novas bases” que o próprio CSOP apontava. A 22 do mesmo mês, este Parecer foi homologado pelo Ministro de Obras Públicas (Arantes e Oliveira), o qual, em 17 de Março de 1958, aprovou o Anteplano de Urbanização do Barreiro “na parte que não foi objecto de reparos pelo Conselho Superior das O. P.”.

3.1 - Paulo Cunha

Detenhamo-nos por momentos na apresentação do urbanista autor e responsável pela elaboração do PGU da Vila do Barreiro. Segundo Margarida Souza Lobo (1995: 142), Paulo Henrique de Carvalho Cunha foi estagiário do Mestre Carlos Ramos e completou a sua formação em arquitectura com algumas viagens de estudo ao Norte de África e à Europa. No norte do continente africano, em Marrocos mais precisamente, Paulo Cunha centrou a sua atenção no reordenamento das cidades de Rabat e Casablanca sob a administração do general francês Hubert Lyautey. Nas viagens de estudo efectuadas na Europa observou e estudou com particular interesse as cidades portuárias de Roterdão e Amesterdão.

Do exposto depreende-se que, desde muito cedo, Paulo Cunha revelou forte sensibilidade para a importância dos portos no desenvolvimento económico, social e urbanístico das cidades. Foi certamente por esta qualificação adquirida nestas viagens de estudo que ingressou, em 1939, na (então) Administração Geral do Porto de Lisboa, onde se manteve até ao termo da sua carreira profissional. A par desta actividade, ocupou-se, igualmente, desde 1942, da elaboração de Planos Gerais de Urbanização de alguns aglomerados costeiros como Viana do Castelo, Vila Real de Santo António e Quarteira. Refira-se a propósito, que trabalhou, em 1940, na Exposição do Mundo Português como adjunto de Cottinelli Telmo.

Já conhecido como especialista em urbanismo de centros urbanos com frentes de água, Paulo Cunha, a convite da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização³ (criada em 1944 como já foi dito atrás), foi convidado para orientar os planos urbanísticos de localidades ribeirinhas como Barreiro (1957), Alcochete e Moita

³ Este organismo do qual a actual Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) é sucessora estava incumbido de acompanhar e orientar todo o processo de elaboração dos Antepianos de Urbanizações de mais de 300 municípios do país.

(ambos em 1949), Montijo (1950), Arrentela e Seixal (ambos em 1952), seguindo-se-lhes Albufeira, Praia da Rocha, Monte Gordo e Termas do Luso.

Tendo trabalhado no início da sua carreira com o mestre Carlos Ramos e sendo admirador de Cristino da Silva, Paulo Cunha acusa influências modernistas ao sacrificar, nos seus planos de urbanização, a estrutura do velho aglomerado e ao propor novas soluções que obrigavam a numerosas demolições, como ficou bem patente no Anteplano do Barreiro, sobretudo no caso do núcleo residencial “B”, assunto que será tratado (resumidamente!) já de seguida. A sua maneira de fazer cidade aproximava-o de Cristino da Silva e, sobretudo, do mestre Carlos Ramos. Alguns autores qualificaram este urbanismo de “demolidor” (Pierre Lavedan). É esta concepção de ruptura da cidade racionalista com o passado que vamos tentar caracterizar sumariamente no ponto seguinte.

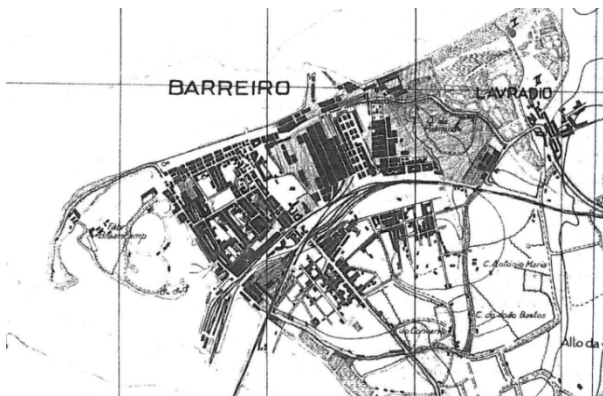
3.2 – Algumas das propostas urbanísticas do Anteplano de 1957

Não sendo possível, no âmbito deste artigo, apresentar todos os aspectos relacionados com a elaboração deste documento urbanístico, a nossa atenção vai para uma sumária caracterização dos aspectos mais marcantes (seja pelo lado positivo, seja pelo lado negativo) e interessantes para o conhecimento da história do urbanismo em Portugal. Nem de outra forma poderia **ser** se tivermos em conta que não foi possível consultar os dois citados volumes entregues pelos urbanistas à CMB (agora extraviados). Não tendo sido possível consultar o Anteplano, a prudência aconselhava a que a exploração dos dados retirados do Parecer do CSOP fosse meticulosa e ponderada.

Da análise feita aos citados documentos ressalta uma atitude demolidora dos autores do Anteplano em causa face ao edificado preexistente (núcleo residencial “B”) e relativamente à expansão da vila para poente (solução que hoje provocaria um agitado debate e

mereceria a condenação da opinião pública). Para melhor enquadrar estas observações, junta-se a planta n.º 1 que representa cartograficamente a vila do Barreiro em 1947.

Planta n.º 1 – Carta do Barreiro em 1947

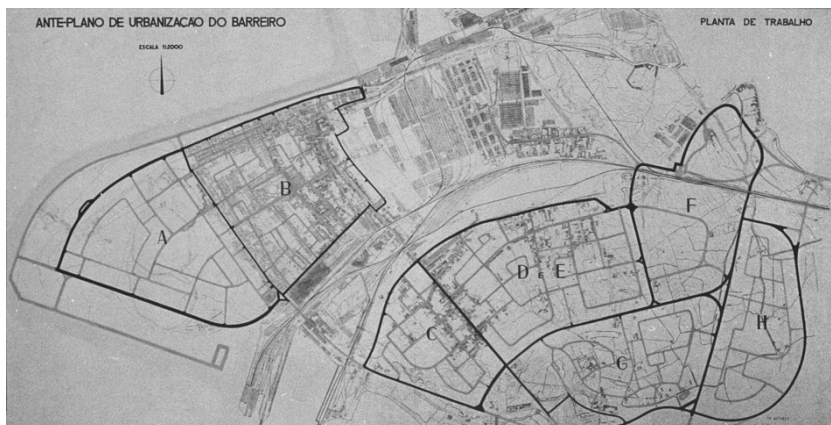


Fonte: Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico do Barreiro

Com esta planta pretende-se salientar o facto de a zona fluvial (incluindo duas caldeiras e respectivos moinhos de maré, bem como os três moinhos de vento de Alburrica), situada a poente da vila, vir a ser escolhida como zona de expansão da vila (núcleo residencial “A”). Roubada ao mar por aterro, esta nova zona de expansão do Barreiro receberia o novo terminal da linha de Caminhos de Ferro da linha do Sul e Sueste, por abandono da localização inicial feita no século XIX, e o novo porto fluvial do Barreiro construído na zona de confluência do esteiro do Coina com o Tejo. Eis aqui duas propostas que têm a marca de Paulo Cunha, como foi dito acima, quando se apresentou o seu percurso formativo e experiência técnico-profissional. Ver-se-á mais adiante que foi neste núcleo “A” que viria a ser proposta a localização do Estádio do Barreirense pelo arquitecto Cabeça Padrão.

Comecemos então por apresentar os princípios orientadores que presidiram à elaboração do Plano. Assim, a vila do Barreiro era planeada tendo como horizonte uma população cujo limite máximo não ultrapassaria os 38.000 habitantes. Deste modo, a área urbana necessária para esta quantidade de habitantes foi organizada em duas “zonas habitacionais”: uma (incluindo o Barreiro de então), situada a norte da linha férrea e outra, localizada a sul da mesma linha férrea. Cada uma destas “zonas habitacionais” incluía vários “núcleos residenciais”. A “zona habitacional”, situada a norte e poente, englobaria os núcleos residenciais “A” (com tipo de edificação em altura) e “B” (centro cívico). A segunda “zona habitacional”, situada a sul da linha férrea, seria integrada pelos seguintes núcleos residenciais: “C”, “D e E”, “F”, “G”, “H”, todos eles vocacionados para habitação económica e operária, excepção feita para o núcleo “H” que se destinaria à população que ainda vivia da exploração agrícola.

A planta n.º 2 representa graficamente a localização do conjunto de núcleos residenciais em causa. Importa, anotar, no entanto, que esta planta, por ser ainda um documento intermédio de trabalho, não está completa no que se refere ao arranjo urbanístico do núcleo “A”, nomeadamente a deslocação do terminal da linha férrea e a construção do novo porto fluvial.

Planta n.º 2 – Planta de trabalho. Os núcleos residenciais propostos

Fonte: Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico do Barreiro

A justificação para a expansão da vila para poente, como sendo a mais natural, partia do princípio que desde início orientou os autores do Anteplano: impedir que a vila do Barreiro se estendesse pela planície situada a sul do recinto industrial da CUF, cujas indústrias químicas libertavam gases tóxicos que, arrastados pelos ventos dominantes do norte, tornavam insalubre e imprópria para habitação toda essa zona sul da vila. Oferecendo magníficas condições de salubridade por estar fora dos ventos dominantes, a construção no núcleo residencial “A” obrigaria a fundações mais caras do que as correntes, pelo que a construção proposta no Anteplano seria em altura para deste modo compensar economicamente o encarecimento daquele tipo de construção. A previsão da implantação de edifícios públicos, sobretudo os que se relacionassem com actividades comerciais ou armazenamento (ligadas à exploração do caminho de ferro ou do porto fluvial), ia no mesmo sentido da valorização desta área.

Não resistimos a citar as observações da Administração-Geral do Porto de Lisboa sobre a proposta de expansão da vila no sentido poente, dando origem ao núcleo residencial “A”. Concordando com o deslocamento da estação terminal da linha **férrea** para a proximidade da Ponta do Mexilhoeiro e com as obras portuárias previstas, aquela entidade põe “em dúvida se, com a solução preconizada pela Câmara, se afigere o melhor rendimento de utilização da zona urbana a conquistar ao Esteiro”. Observa ainda que “o aterramento das faixas marginais, com o complemento indispensável de obras marítimas, resulta de custo elevado e, sendo assim, vale a pena ponderar sobre se o custo de prováveis demolições avulta sobre o dos terrenos, e se, em consequência, a solução preconizada corresponde ao melhor rendimento de aplicação urbanística” (p. 45 do Parecer do CSOP).

Admitindo como princípios basilares a salubridade e a fluência dos transportes, o núcleo residencial “B”, que abrangia o aglomerado mais antigo e histórico do Barreiro, era reforçado na sua função de centro cívico e de centro comercial principal. A aplicação dos regulamentos existentes (o RGEU havia sido promulgado em 1951) resolveria o saneamento de muitas habitações, o afastamento de algumas indústrias impróprias e a abertura de arruamentos juntamente com o estabelecimento de grandes circulares compatíveis com as exigências do trânsito nessa época. O Plano de Pormenor (3ª versão) deste núcleo, da autoria do arq.^o Alves de Sousa (1965)⁴, vai muito mais longe na aplicação dos princípios higienistas, propondo intervenções demolidoras que, a serem aplicadas, teriam desfigurado grande parte deste centro histórico, nomeadamente a frente ribeirinha ao Tejo, situada entre a Rua Miguel Pais e a Rua Eusébio Leão. As ruas Marquês de Pombal e António Augusto Aguiar seriam engolidas por esta operação de renovação urbana inspirada no movimento modernista de Le

⁴ O arq.^o Alves de Sousa (consultor da CMB até 1975) foi também convidado a elaborar os Planos de Pormenor dos núcleos residenciais “C” e “D e E”.

Corbusier, na sequência da implantação de um vasto conjunto de blocos (4 pisos) que para aí eram projectados. Havia porém a preocupação em evitar demolições maciças e conservar o “velho” Barreiro (Bairro S. Francisco: Lg. do Rompana, etc.). Todos estes estudos, porém, não passaram da CMB, por nunca terem sido enviados à DGSU (actual DGOTDU).

Interessa arrolar um outro aspecto do Anteplano que estamos a comentar de forma solta. Referimo-nos ao plano de arborização. Dada a unanimidade quanto à necessidade de proteger os núcleos residenciais “A” e “B” da poluição química altamente tóxica do complexo industrial, o Anteplano previa que o núcleo “B” fosse delimitado por vias largas e arborizadas, constituindo assim uma espécie de barreira verde que pudesse garantir a estes dois núcleos residenciais um menor impacto da poluição fabril e sonora. A mesma preocupação motivou os autores do Anteplano a proporem, do lado sul do caminho de ferro, largos espaços verdes com o objectivo de isolar os núcleos “C” a “H”, protegendo as novas edificações (operárias) e garantindo-lhes razoáveis condições de salubridade. Nessa barreira verde estava igualmente incluído o campo desportivo do Futebol Clube Barreirense, situado no extremo nascente do núcleo “B”, mesmo colado à zona industrial da CUF. É desta localização paradoxal do referido equipamento que vamos versar seguidamente.

3.3 - Proposta de localização do novo estádio desportivo do Barreirense (Plano de Pormenor do arq.º Cabeça Padrão)

A inclusão deste ponto não estava inicialmente prevista e foi feita em homenagem ao grande homem de cultura e ao arquitecto de elevado estatuto na classe que foi Cabeça Padrão, colega na DGOT e “compagnon de route” no lançamento das sementes daquilo que, anos depois, viria a traduzir-se nos Programas de Reabilitação Urbanas em Portugal, lançados em 1985. A intervenção de Cabeça

Padrão como arquitecto no Barreiro, sua terra natal, foi intensa ao longo de várias décadas. Seleccionamos, todavia, este caso por ser revelador da sua evolução teórica e profissional. Mesmo aceitando a tese de que todo o homem é fruto de uma época, não podemos deixar de citar o grande confronto de ideias que, em Portugal, animaram os anos 50 e 60 no que respeita à arquitectura e urbanismo e de que o I Congresso Nacional de Arquitectura, de 1948, constituiu o rastilho. O confronto resumia-se ao debate em torno do tradicionalismo (arquitectura nacionalista do Estado Novo, corrente encabeçada por Raul Lino) e do modernismo (arquitectura internacionalista da Carta de Atenas). Era nesta corrente que se posicionava o arq.^o Cabeça Padrão, bem como a maioria da nova geração de arquitectos portugueses.

No projecto que vai ser aqui abordado, Cabeça Padrão demonstra estar ainda imbuído de uma concepção própria do movimento modernista que entendia a cidade como ruptura com o passado. Sem nunca ter abdicado deste modo de entender a construção da cidade, o estágio que realizou em Inglaterra entre 1960 e 1961, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, vai constituir um marco na sua trajectória profissional e cívica. Durante este ano sabático, Cabeça Padrão visitou (e estudou em) várias cidades inglesas, particularmente em Londres, o que para além de o ter marcado profundamente lhe abriu novos caminhos para uma particular sensibilidade às questões da salvaguarda do património histórico e urbanístico, inicialmente sob a designação de “Paisagem Urbana”.

Na verdade, importa ter presente que, por esta altura, muitas das cidades inglesas que Cabeça Padrão visitou ainda se encontravam, embora já na fase final, em reconstrução, dada a destruição maciça a que algumas delas haviam sido sujeitas pela aviação alemã. Daí que o debate entre as correntes urbanísticas defensoras da *renovação urbana* (cidade funcionalista da corrente modernista, com uma postura de ruptura com o edificado pré-

existente) ou da *reabilitação urbana* (cidade celular do *town planning* inglês, combinando novo e antigo) estava ao rubro em Portugal e por toda a Europa.

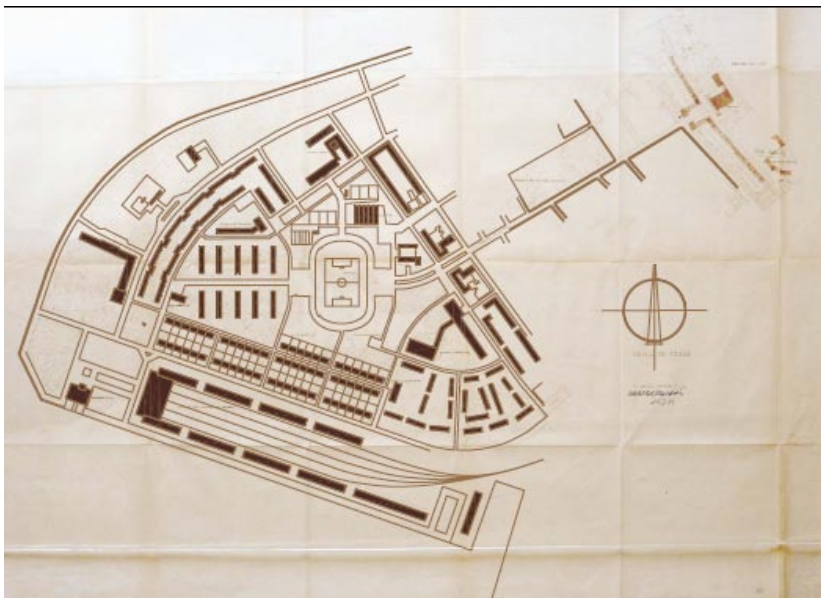
Situado o contexto, regressemos novamente à proposta de alteração daquilo que o Antepiano de 1957 previa para os núcleos residenciais “A” e “B” no que respeita ao campo desportivo do Barreirense. A planta nº 3 apresenta a proposta de Plano de Pormenor da autoria do arq.º Cabeça Padrão (1956).

O motivo próximo desta proposta foi despoletado por um ofício da direcção do Futebol Clube Barreirense, dirigido à CMB, a solicitar que, face às dificuldades surgidas nos estudos prévios de efectivação do seu parque desportivo no local que o Antepiano previa e face aos inconvenientes da proximidade do complexo industrial da CUF, fosse estudado outro local que proporcionasse menos inconvenientes e dificuldades. Este novo local, identificado após reuniões com as partes interessadas, situava-se na zona de expansão prevista no Antepiano (núcleo residencial “A”), local que ficava junto da Escola Industrial Alfredo da Silva. A ideia era aproveitar “uma das ‘caldeiras’ existentes no local, tirando-se partido do desenvolvimento natural para enterrar o Estádio em questão, o que tornaria o problema um pouco mais económico” (*Memória Descritiva e Justificativa* da alteração parcial do Núcleo “A” da autoria de Cabaça Padrão).

De facto, a manutenção do Estádio no local previsto no Antepiano, no topo nascente da Avenida da Bélgica (actual Av. Alfredo da Silva), obrigava “naturalmente a grandes demolições a fim de se obter saídas francas para o público concentrado (possivelmente, em alguns casos, 40.000 pessoas) e para se obterem também boas perspectivas, que naturalmente resultam duma construção desta natureza” (idem). Para bem situar a importância da nova localização do estádio do Barreirense há que

mencionar a presença relevante deste clube na cena desportiva de então, tanto a nível local e regional, como até a nível nacional.

Planta nº 3 – Proposta de nova localização do Estádio do Futebol Clube Barreirense



Fonte: Câmara Municipal do Barreiro (CMB) – Departamento de Planeamento e Ordenamento do Território (DPOT) e Arquivo Histórico do Barreiro.

A nova implantação teria a vantagem de evitar estas demolições. Permitiria também que o acesso de forasteiros se fizesse “com mais facilidade para já, e em muito melhores condições quando a estação fluvial ocupar o lugar que o plano lhe destina” (idem). Além de que, “junto do local agora previsto, poderá ser prevista uma ‘Cidade Desportiva’, visto que o espaço livre permite encarar essa solução”. Sem esquecer também que “as condições de salubridade para esta Cidade Desportiva são melhores aqui, visto que a solução anterior tem a inconveniente presença das fábricas”

(idem). Por último, “a presença do Estádio no local proposto, fará uma chamada à construção, criando uma necessidade de edificar nas suas proximidades, resolvendo assim um problema que se estenderá a longo prazo se não houver um fulcro que o justifique. cremos que a presença do Estádio e da Escola Industrial poderá activar a construção neta zona” (idem).

A cidade Desportiva incluiria, além do estádio, piscinas, um campo de basquetebol, um centro comercial e, naturalmente, espaços para estacionamento.

Não vamos entrar em mais detalhes, mas importa registar que a alteração ao Antepiano proposta pelo arq.^o Cabeça Padrão previa também uma nova implantação para o futuro Mercado Central da Vila. Segundo o autor, uma vez encontrada a nova implantação do Estádio no núcleo “A”, o terreno liberto no núcleo “B” seria agora destinado à localização do Mercado Central da Vila. Além de oferecer melhores condições do que o previsto no Antepiano, permitia ainda a vantagem do seu abastecimento e funcionamento se poder fazer sem agravar o movimento normal de circulação da vila. Consultando a planta nº 3, pode ver-se a localização do Mercado Central no topo nascente da Av. da Bélgica (actual Av. Alfredo da Silva). Esta nova implantação do Mercado Central contribuiria assim para um aumento significativo da zona de expansão do Parque Municipal, única mancha verde situada no centro da vila.

Como as propostas de Cabeça Padrão não foram executadas, tanto o estádio do Barreirense como o Mercado Central da Vila acabaram por ser construídos nos locais previstos no Antepiano de Paulo Cunha e aqui permaneceram até há bem pouco, cada um com a sua imagem emblemática que os barreirenses bem recordam. No presente momento em que escrevemos esta comunicação e na sequência de um projecto de requalificação do centro do Barreiro, o Mercado está a ser submetido a obras de profunda remodelação,

enquanto o Estádio foi já demolido para permitir um novo reordenamento urbano desta parte nascente da cidade colada à Quimiparque.

Considerações Finais

Não haverá muito mais a dizer, aqui chegados. Do exposto neste texto parece resultar claro que, em Portugal, a ocupação e organização do território ficou entregue, por demasiado tempo, a interesses parcelares que nem sempre foram capazes de ultrapassar essa visão limitada e medíocre por uma outra mais abrangente e superior em termos de valores éticos e políticos. Como ficou demonstrado neste texto, a dissociação, verificada no Barreiro, entre industrialização e urbanização pode ser considerada como um caso paradigmático por ter sido um dos locais onde ela se configurou com maior gravidade. Apesar de se tratar de um centro industrial de importância peninsular, o Barreiro foi crescendo sem instrumentos orientadores e norteadores, fustigando a vida de milhares de trabalhadores e habitantes, por insensibilidade ao bem comum, falta de visão e de preparação da administração pública (nacional e local) e de outros intervenientes no processo urbanístico.

Um registo deve ser feito quanto à urgência de se proceder à elaboração de uma História do Urbanismo em Portugal, antes que fontes documentais continuem a extraviar-se ou a serem destruídas por abandono de alguns e por imperícia de instituições (universitárias e outras) paralisadas por falta de visão e hermetismo. Mas também, porque há ainda algumas personagens que viveram todo este processo e nele participaram activamente. O seu testemunho poderá vir a constituir uma preciosa fonte de documentação oral.

Referências Bibliográficas

- CABRITA, Augusto (1999), *Na Outra Margem. O Barreiro Anos 40-60*, Lisboa: Ed. CUF-SGPS.
- CÂMARA MUNICIPAL do BARREIRO (1948), *O problema habitacional no concelho do Barreiro*, Barreiro: CMB (dactilografado).
- CONSELHO SUPERIOR DE OBRAS PÚBLICAS (1957), *Parecer nº 2715 relativo ao Antepiano de Urbanização da Vila do Barreiro*, Lisboa: CSOP (dactilografado).
- COSTA, Augusto Celestino da (1954), Estudos de Urbanização, in *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*, 1, Lisboa: DGSU.
- GONÇALVES, Fernando (1989), Evolução histórica do Direito do Urbanismo em Portugal (1851-1988), in AMARAL, Diogo Freitas do (org.), *Direito de Urbanismo*, Lisboa: INA, 225-267.
- LÔBO, Margarida Souza (1995), *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, Porto: FAUP publicações.
- MOP (1957), *30 Anos de Estado Novo: 1926-1956*, Lisboa: Ed. MOP.
- MOP (1960), *Plano director do desenvolvimento urbanístico da região de Lisboa*, Lisboa: Ed. MOP.
- PAIS, Armando da Silva (1965), *O Barreiro Contemporâneo. A grande e progressista vila industrial*, Barreiro: Ed. CMB.
- PEREIRA, Nuno Teotónio (1987), A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959, in ROSAS, F. (coord.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Ed. Fragmentos, vol. II, pg. 323-357.
- SILVA, Carlos Nunes (1987), A “urbanística” do Estado Novo (1926-1959): nem nacional, nem fascista, in ROSAS, F. (coord.), *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Ed. Fragmentos, vol. II, pg. 377-386.